



EDITAL Nº 02/2023 DA CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2023

Chamada pública para o credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos interessadas em firmar contrato com o município de Birigui para a execução de consultas, exames e procedimentos no âmbito eletivo, conforme quantidades e especificações descritas neste termo a serem realizadas no Ambulatório de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme especificações do anexo I do edital.

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, comunica, através da Secretaria Municipal de Saúde, aos interessados que está procedendo à **Chamada Pública n.º 02/2023**, destinada ao **Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de Serviços Médicos interessadas em firmar contrato com o município de Birigui para execução de consultas, exames e procedimentos no âmbito eletivo, conforme quantidades e especificações descritas neste termo, a serem realizadas no Ambulatório de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme especificações do anexo I do edital**, nos termos deste Edital e Anexos, e de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, com início a partir da data de publicação deste edital **e permanecendo aberto o ingresso de novos credenciados durante o período contratual**, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições gerais de licitação contidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, observando ainda, as leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, normas Federais, Estaduais e Municipais, e o Art. 191 da Lei Federal nº14.133/2021. Este procedimento autorizado por meio do **Edital nº02/2023, Chamada Pública nº 02/2023**.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Chamada Pública consiste no credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos interessadas em firmar contrato com o município de Birigui para execução de consultas, exames e procedimentos no âmbito eletivo, conforme quantidades e especificações descritas neste termo, a serem realizadas no Ambulatório de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme especificações do anexo I do edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

1.2 A descrição e o quantitativo a ser contratado segue descrito na planilha abaixo.

Descrição	Limite mensal	Valor unitário consultas/procedimentos
Consulta de Ginecologia	280 consultas/mês	R\$ 70,00
Consulta de Obstetrícia	350 consultas/mês	R\$ 76,66
Consulta Mastologia	45 consultas/mês	R\$ 106,66
Inserção de DIU	15 procedimentos/mês	R\$ 93,33
Colposcopia com biópsia	20 procedimentos/mês	R\$ 38,00
Nodullectomia	04 procedimentos/mês	R\$ 190,00

1.3 Das especificações mínimas

Consulta de Ginecologia	Compreende como atribuição prestar assistência médica em ginecologia no âmbito eletivo e procedimentos correlatos, tais como: coleta de preventivo se necessário, realização de USG para auxílio diagnóstico, biópsia de colo, vagina e vulva se necessário, drenagem de glândula de Bartholin se necessário, exame de colposcopia se necessário e aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva.
Consulta de Obstetrícia	Compreende como atribuição prestar assistência médica em obstetrícia no âmbito eletivo e procedimentos correlatos, tais como: realização de USG para avaliação mãe e feto para auxílio diagnóstico, avaliar cardiografia, preenchimento correto do cartão da gestante em cada consulta realizada, atender ao protocolo de atendimento a gestante e aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva.
Consulta em Mastologia	Compreende como atribuição prestar assistência médica em mastologia e procedimentos correlatos, tais como: drenagem de abscesso, biopsia incisional guiada por ultrassom, avaliação de laudos de mamografia suspeitos: BIRADS 3, 4 e 5 e aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva, com a realização de Ultrassonografia de mama no momento da consulta.



2. DOS ANEXOS:

2.1. São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

2.1.1. **ANEXO I** – Termo de Referência

2.1.2. **ANEXO II** – Pedido de Credenciamento

2.1.3. **ANEXO III** – Declaração de inexistência de fato superveniente.

2.1.4. **ANEXO IV** – Declaração Conjunta.

2.1.5. **ANEXO V** – Minuta do Contrato.

2.1.6. **ANEXO VI** – Termo de Ciência e Notificação

3. DOS PRAZOS DO CREDENCIAMENTO E CONTRATO:

3.1. As propostas de credenciamento serão recebidas a partir da publicação do extrato deste edital, na Secretaria de Saúde de Birigui localizada na Praça Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, BIRIGUI – SP, no horário de expediente compreendido entre as 07:30 horas até 11:30 e 13:00 as 16:30 horas.

3.2. O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

3.3. A Administração Municipal, por intermédio da Comissão Especial – Portaria Nº 24 de 27 de Abril de 2023, publicará a relação das instituições cadastradas e convocará os credenciados habilitados, para assinatura do CONTRATO, conforme minuta anexa ao presente Edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas prestadoras de Serviços Médicos das especialidades descritas nos itens 1.2 e 1.3, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município.

4.2. As empresas interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação do extrato deste Edital de Credenciamento.

4.3. Não poderão participar deste Credenciamento:

4.3.1. Estrangeiras que não funcionem no País.

4.3.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

4.3.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

4.3.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

4.3.6. Enquadradas nas proibições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.4. As condições 4.3.3. a 4.3.5. serão interpretadas conforme a súmula nº 51, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

5. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO:

5.1. A proposta para o Credenciamento compreende a entrega do pedido de credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, e da documentação relacionada no item 6 deste edital.

5.2. O pedido de credenciamento e os respectivos documentos serão protocolados no endereço, período e horário referidos no item 3.1. acima, apresentados em **ENVELOPE LACRADO**, contendo as seguintes inscrições no seu anverso:

**CHAMADA PÚBLICA Nº02/2023-
CREDENCIAMENTO E
DOCUMENTAÇÃO PREFEITURA
MUNICIPAL DE BIRIGUI EMPRESA:____
CNPJ:_____**

6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

6.1. Os documentos relativos à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

6.1.1. Cédula de Identidade (em se tratando de Firma Individual).

6.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.6. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, consoante Anexo III;

6.1.7. Declaração Conjunta, constante do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de colaboradores, empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

6.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal, consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente e compatível com o objeto desta Chamada Pública.

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Chamada Pública.

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei. A prova de regularidade deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

6.2.3.1. Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) juntamente com a regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, junto à Previdência Social, expedidas em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional em conformidade com a Portaria MF 358/2014, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

6.2.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos municipais relacionados com a prestação licitada, com apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.2.4. Caso o Proponente tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Birigui- SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no item 6.4.3.3 também para com o município de Birigui – SP.

6.2.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

6.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos moldes da Lei Federal n.º 12.440/2011, podendo ser apresentada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, conforme disposto no §2º, do artigo 1º do mesmo diploma legal.

6.3. Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira consistirá em:

6.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz ou filial) da proponente, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes desta chamada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

6.3.2. Encontrando-se a empresa em fase de recuperação judicial, para fins de participação deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.4. Os documentos relativos à qualificação técnica consistirá em:

6.4.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de serviços em condições e características semelhantes com o objeto desta contratação.

6.4.2. Registro de Graduação em Medicina e registro de Graduação compatível com a especialidade pretendida e/ou Certificado da Especialidade pretendida, dos especialistas que prestarão os serviços, devidamente reconhecido pelo MEC e CRM.

6.4.3. Prova da inscrição no Conselho Regional de Medicina dos especialistas que prestarão os serviços, com a respectiva certidão de regularidade.

6.4.4. Cadastro no programa CNES - Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde, em conformidade com os serviços solicitados.

6.4.5. O profissional contratado deverá manter as condições de habilitação e qualificação técnica durante toda execução dos serviços.

6.4.6. Salientamos que os documentos acima arrolados são imprescindíveis para a contratação dos serviços descritos neste Edital e no Termo de Referência, por se tratar de serviços na área da Saúde.

6.5. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.5.1. As consultas, procedimentos e exames a serem realizados será de acordo com a planilha apresentada no Edital e no termo de referência.

6.5.2. A organização dos dias e horários de trabalho dos profissionais ficará a cargo da Administração da Secretaria Municipal de Saúde.

6.5.3. A aparelhagem, equipamentos e materiais necessários para a realização dos exames, procedimentos e atendimento em consultório serão de responsabilidade da Secretaria de Saúde.

6.5.4. As declarações, cujos modelos se encontram nos Anexos deste Edital deverão ser firmadas pelo representante legal da empresa/entidade interessada e juntada aos documentos acima referidos.

6.5.5. No caso de entidades filantrópicas, deverá ser juntada ainda a Certidão de



Entidade Beneficente de Assistência Social atualizada e emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social– CNAS.

6.5.6. Todos os documentos necessários à Habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade e serem apresentados no ORIGINAL ou por qualquer processo de autenticação previsto no Art. 32 da Lei 8.666/9 e serão retidos para juntada aos autos do presente processo administrativo.

6.5.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das Propostas.

6.5.8. Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da proponente (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da apresentação do envelope contendo a documentação.

7. DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DOS MÉDICOS

7.1. Realizar consultas, procedimentos, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, elaborar diagnósticos, plano terapêutico e conduta adequada a condição clínica verificada e emitir atestado médico quando houver necessidade.

7.2. As agendas deverão ser cumpridas rigorosamente pelos profissionais, e o não cumprimento estará sujeito às penalidades previstas no código de ética médica, com exceção de aviso prévio justificável e aceito pela administração da Secretaria de Saúde. Em se tratando de atraso, será tolerado um tempo máximo de 15 minutos e deverá ser comunicado a Coordenação.

7.3. O cancelamento de atendimento/procedimentos de agendamentos já realizados só poderão ocorrer com comunicação prévia de no mínimo de 05 dias, e posteriormente reagendados para que não haja prejuízos para os pacientes.

7.4. Zelar pelos equipamentos, respeitando as condições de higiene e segurança, necessárias para atuação dos profissionais, proporcionando o atendimento humanizado aos usuários, bem como, cuidado e zelo com os materiais e equipamentos dos serviços que estiverem praticando, como forma de manutenção e preservação do patrimônio público e também de integridade física dos mesmos.

7.5. Comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Saúde, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com equipamento ou com o pessoal para que sejam tomadas as providências necessárias.

7.6. Atender todas as exigências estabelecidas no contrato, assumindo inteira



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados.

7.7. Participar de reuniões quando convocado.

7.8. A prescrição de medicamentos deverá observar a padronização da Secretaria Municipal de Saúde.

7.9. O profissional deverá garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em tratamento, agendando seus retornos de consultas para continuidade ao tratamento se necessário.

7.10. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, encaminhamentos, guias de exames.

7.11. Prestar esclarecimentos, a qualquer tempo, quanto à prestação de serviços, à coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

7.12. Propor a implantação e/ou alteração de protocolos de conduta, conforme literatura vigente e medicina baseada em evidências, mediante aprovação e em comum acordo com a chefia da Secretaria Municipal de Saúde, caso julgue necessário para melhor atendimento aos usuários.

8. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO:

8.1. Os pedidos de Credenciamento serão recebidos pela Comissão de Seleção, que verificará se a documentação atende as condições exigidas neste Edital e solicitará saneamento, caso necessário.

8.2. Estarão credenciadas a realizar os serviços, as empresas que apresentarem corretamente as documentações exigidas, concordando com as normas propostas pelo Município. A empresa será então convocada para assinar o contrato.

8.3. Das atribuições e deveres da Comissão de Seleção:

8.3.1. Receber e organizar a documentação encaminhada pelos interessados, efetuar a sua análise e promover as diligências que entender serem necessárias;

8.3.2. Dirigir aos interessados as comunicações, notificações e solicitações;

8.3.3. Receber e instruir os recursos administrativos, podendo rever as decisões tomadas ou encaminhá-los para apreciação da Prefeitura Municipal;

8.4. Do processamento e julgamento dos pedidos de credenciamento:

8.4.1. O credenciamento será processado e julgado pela Comissão de Seleção que, à vista das disposições deste Edital, deferirá ou indeferirá o pedido;

8.4.2. A comissão poderá, se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas;



8.4.3. A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido será comunicada à interessada;

8.4.4. As decisões da Comissão que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da decisão.

9. DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO:

9.1. Durante a vigência do cadastramento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste edital e Anexos nos termos contratuais que celebrar com a Secretaria Municipal de Saúde de Birigui.

9.2. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 da Lei 8666/93 e alterações posteriores, garantido o contraditório e ampla defesa.

9.3. O credenciado poderá solicitar o seu descadastramento, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

10. DO RECURSO:

10.1. A empresa interessada poderá interpor recurso das decisões da Comissão que negar o pedido de credenciamento no prazo referido no subitem 8.4.4 deste Edital.

10.2. O recurso, devidamente assinado pelo representante legal da interessada ou por procurador regularmente constituído, deverá ser dirigido à Prefeitura Municipal, e interposto perante a Comissão de Seleção, devendo ser protocolado no endereço constante do subitem 3.1 deste Edital.

10.3. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo à instância superior, que, após regular instrução, proferirá sua decisão.

10.4. Não serão reconhecidos os recursos interpostos intempestivamente ou que não atenderem aos requisitos indicados neste Edital.

10.5. Da decisão proferida pela instância superior não caberá novo recurso administrativo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 A dotação orçamentária para as despesas decorrentes desta contratação será:

Ficha: 450

Fonte Contábil: 32

Fonte de Recurso: 01.310.0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

11.1. Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior é municipal.

12. DO VALOR DE DESEMBOLSO:

12.1. Define-se o valor limite para dispêndio da contratação a quantia de até R\$ **54.166,67** mensais, independente da quantidade de empresas credenciadas, que dividirão o valor de acordo com a realização dos serviços, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

13. DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO:

13.1. Os valores a serem pagos para as Prestações dos Serviços serão conforme média de preço estimada, a partir das cotações realizadas.

14. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS.:

14.1 - O reajuste de preços poderá ser realizado, no ato da renovação contratual, caso haja interesse da Administração, a requerimento da credenciada e desde que comprovada a vantajosidade, utilizando-se o índice IPCA – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, tornando-se por base o mês de início da prestação de serviços.

14.2 – A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito (Art. 37, inciso XXI da CF c.c. Art. 15, parágrafo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993).

14.3 – Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga a fornecer, em cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências, bem como da planilha de custos onde demonstre detalhadamente os insumos que geraram o aumento, destacando valores anteriores e majorados, percentuais, origem do aumento (folha de pagamentos, impostos, matéria-prima, transporte, etc.).

14.3.1 - Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

14.3.2 - O objeto deverá ser executado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido, a partir do requerimento devidamente protocolado, abrangendo a Ordem de Serviço emitida e entregue a partir da data do protocolo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

14.4 - O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, em prazo inferior a 12 (doze) meses a contar do início da execução dos serviços, conforme cláusula 14.1.

14.5 - O dispositivo no item 14.4 não impedirá a redução do preço contratado aos valores de mercado.

15. DAS RENOVAÇÕES:

15.1. O contrato firmado terá vigência original de 12 (doze) meses, podendo ser renovado sempre por mais 12 (doze) meses desde que haja interesse e conveniência do Município, até o limite total de 60 (sessenta) meses entre prazo original e renovações.

15.2. Uma vez credenciada, a empresa deverá cumprir com as obrigações assumidas pelo período do contrato, sendo-lhe facultada a não renovação caso assim quera, mediante solicitação de descredenciamento protocolada junto à Comissão dos Gestores do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao vencimento do prazo contratual (ou sua renovação).

15.3. Renovado o prazo do contrato à empresa Credenciada restará obrigada a cumprir todas as condições da avença até a próxima renovação, quando então, se assim o desejar, poderá solicitar seu descredenciamento na forma e no prazo acima descrito.

15.4. Em toda renovação a Credenciada deverá apresentar obrigatoriamente certidão de regularidade perante a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sob pena de não ser procedida a renovação.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços solicitados, mediante apresentação de relatório de todos os serviços executados no mês anterior e conferidos pela Secretaria de Saúde, da respectiva apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, certidão de regularidade perante Seguridade Social e FGTS, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço(OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

16.2. As regras eleitas para realização dos pagamentos seguem descritas no Anexo I – Termo de Referência.

17. DO CONTROLE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

17.1. O controle da quantidade dos serviços realizados a fim de não ultrapassar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

teto definido mensalmente pela Prefeitura será feito pela Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, da Secretaria de Saúde de Birigui, de acordo com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

17.2. O período de referência para controle do teto financeiro será do primeiro dia do mês até o último dia do mês.

18. DAS SANÇÕES:

18.1. As eventuais sanções por descumprimento de qualquer obrigação contratual deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Municipal nº 5.385 de 02 de março 2015 e sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, o credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades:

18.1.1. Mera Advertência, por escrito;

18.1.2. Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;

18.1.3. Descredenciamento.

18.2. Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposos.

18.3. São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

18.3.1. não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento:

18.3.2. quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;

18.3.3. descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;

18.3.4. detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;

18.3.5. reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.

18.3.6. cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.

18.4. As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda à



mais onerosa à Credenciada.

19. DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA PREFEITURA

19.1. Constitui responsabilidade e direito da Prefeitura Municipal de Birigui intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

19.2. Compete à Prefeitura Municipal de Birigui conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.

19.3. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

19.4. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

19.5. Comunicar a credenciada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão-de- obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

20. DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA(S) CREDENCIADA(S):

20.1. Prestar os serviços objeto da presente Chamada Pública conforme especificações do edital e seus anexos, em especial ao Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente.

20.2. A proponente deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

20.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

20.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Prefeitura Municipal De Birigui.

20.5. Arcar com eventuais prejuízos causados à Prefeitura Municipal De Birigui e/ou a terceiros, provocados por negligência, imprudência e imperícia cometida na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

20.6. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

20.7. A proponente não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

20.8. A proponente responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

20.9. A proponente deverá manter controle bem elaborado da quantidade de prestação de serviços já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar o teto financeiro definido.

20.10. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela Prefeitura Municipal de Birigui sobre a execução do objeto deste contrato, a Prefeitura Municipal de Birigui e a proponente reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

20.11. É de responsabilidade exclusiva e integral da proponente a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Prefeitura Municipal de Birigui ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre Prefeitura Municipal de Birigui e a proponente.

20.12. A proponente fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único de Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

20.13. Para o cumprimento do objeto deste contrato a proponente se obriga a oferecer ao usuário atendimento de forma humanizada.

20.14. A proponente deverá notificar a Prefeitura Municipal de Birigui de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à Prefeitura Municipal de Birigui no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

20.15. A proponente é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

20.16. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21. DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores, ficam definidos como gestores os servidores nomeados pela Secretaria Municipal de Saúde, lotados na Secretaria de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

22. DO FORO:

22.1. As partes elegem o foro da Comarca de Birigui-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Edital da **Chamada Pública n.º 02/2023**

Birigui, 07 de Junho de 2023.

Leandro Maffeis Milani
Prefeito Municipal

Cássia Rita Santana Celestino
Secretária Municipal de Saúde